

Resenha

Educação escolar entre as grades

Josélia Maria Costa Hernandez
Academia da Força Aérea – Pirassununga, SP

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). Educação escolar entre as grades. São Carlos: Edufscar, 2007. 160 p. ISBN: 978-85-7600-118-8

No paradoxo das constatações, a maior reflexão apreendida de *Educação escolar entre as grades* para qualquer educador em qualquer nível de ensino é, como questionou Onofre, “como pensar a ‘ressocialização’ em uma população na qual o processo de socialização foi incompleto [...] [e cujas crianças], passando por um processo de formação de identidade sem o mínimo de apoio, acabam, muitas vezes caindo na delinquência” (p. 26)? Como educador, sabendo das nuances que se escondem nas dobras desse mister, dá para imaginar a arquitetura da educação dentro de uma penitenciária?

Os artigos deste livro trazem não só reflexões como também narrativas que nos permitem construir uma *maquete* do espaço-presídio, do espaço-educação entre as grades, do espaço que a educação ocupa na mente do sujeito aprisionado.

Se o papel do educador é mostrar os caminhos para que haja uma sociedade de bens e direitos iguais para todos, refletindo sobre o significado histórico da sua evolução e interferindo na formação de um sujeito igualmente histórico e que, a cada dia, redesenha seu espaço dentro dessa mesma sociedade, por que não entender o papel do educador nos presídios, onde se pode ver, a olhos nus, o resultado nefasto do não só vultoso como também descontrolado “progresso” social que coloca a pessoa por trás das grades, forçando-a a novamente assumir uma identidade que não lhe pertence? Qual a ação do educador dentro desse cenário, cujas personagens vestem e se (re)vestem da máscara da violência, do conflito, da desumanização, do encarceramento, para cada vez mais assumirem o papel que, de certa forma, foi-lhes atribuído pela sociedade: o da despersonalização de algum *eu* que ainda pudesse existir naquele indivíduo?

É pela voz dessa própria personagem que Elenice Maria Cammarosano Onofre, no capítulo *Escola da prisão – espaço de construção da identidade do homem aprisionado*, descortina o imaginário do homem aprisionado em relação aos papéis desempenhados pela escola e seus educadores na prisão. São falas que vão desde o “ocupar o tempo e a mente com coisas boas”, passando pelo “ver na escola a aquisição do conhecimento e preparo para o convívio social até “ter a escola como um sentimento de liberdade”, essa *deusa ex-machina* que rege a vida de todo e qualquer homem encarcerado.

Já pelo olhar de Elionaldo Fernandes Julião, em *As políticas de educação para o sistema penitenciário – análise de uma experiência brasileira*, a idéia de ressocialização do aprisionado está necessariamente ligada não só às políticas públicas de educação voltadas para o sistema prisional como também às políticas públicas de execução penal no Brasil. Para tanto, o autor discute, por um lado, minuciosamente o conceito de ressocialização, suas diferentes acepções tomadas em diversos campos da ciência e, por outro, descreve os fundamentos do Direito Penal Brasileiro, recorrendo às prescrições do Código Penal, do Código do Processo Penal e da Lei da Execução Penal, tangenciando, inclusive, o Direito alternativo – quando este apresenta o crime não como fator social, mas como criação da própria lei – e a (des)federalização do Direito Penal – quando se implementariam políticas públicas de execução penal por cada Estado da federação.

O autor também apresenta dados do Ministério da Justiça, primeiramente mapeando o sistema penal brasileiro com 336.366 presos, para depois delimitar o sistema penal do Rio de Janeiro, o segundo estado que mais encarcera no Brasil, com 21.338 encarcerados contra os mais de 100 mil do Estado de São Paulo (dados de 2005).

O sistema penal do Rio de Janeiro, objeto de estudo deste autor, é o pioneiro em projetos educacionais regulares e ininterruptos para pessoas em situação de cárcere desde 1967. É um dos estados que mais investem na educação com programas de ressocialização, tanto que em 2000 conseguiu uma especialíssima concessão de sua Vara de Execução Penal: a remição de um dia de pena por dezoito horas de atividades culturais desenvolvidas pelo encarcerado nas prisões.

Todavia, mesmo sugerindo uma proposta nacional de educação para o sistema penitenciário brasileiro, seguindo a experiência do Rio, o autor não deixou de levantar os óbices encontrados neste sistema prisional, o que enriquece mais ainda um trabalho que primou não só pela história e memória do sistema penitenciário do Rio de Janeiro como também pelo rigor teórico, buscando nas tábuas da Lei e nas teorias da Sociologia, da Filosofia, da Estatística e até mesmo da Linguística, o respaldo necessário para pensar na educação em presídios como “programa de ressocialização” sempre a partir de políticas públicas tanto de educação quanto de execução penal.

De certa forma, sancionando a importância dessas políticas públicas suscitadas anteriormente, Arlindo da Silva Lourenço, no capítulo *As regularidades e singularidades dos processos educacionais no interior dos presídios e suas repercussões na escolarização de prisioneiros – uma relativização da noção de sistema penitenciário*, aprofunda o assunto ao fazer uma reflexão sobre a descontinuidade das gestões na condução das propostas educacionais no interior das prisões, pontuando as diferentes condutas de gerenciamento que interferem nas práticas pedagógicas e que, por isso, tornam “mais relevante investigar regularidades e singularidades de cada ação do que verificar o alcance educacional de um sistema que na prática poderia nem existir”. O autor permite-se, ainda, questionar e relativizar a própria noção de “sistema penitenciário”, a partir do que se observa das ações individualizadas dos diretores de estabelecimentos prisionais, quando “tocam” as políticas públicas de educação para os prisioneiros.

É justamente a singularidade do fazer docente do monitor preso que Marieta Gouvêa de Oliveira Penna analisa em *O exercício docente por monitores-presos e o desenvolvimento do processo formativo*. A autora, antes de qualquer discussão, pontua o que é ser professor: ter a docência como condição. Além disso, com muita clareza, descortina ao lado dessa realidade da docência a pressuposição básica do ser professor, ou seja, o papel social que ele desempenha dentro da sociedade.

A partir desse ato, analisa o exercício da docência realizado por pessoas que se encontram na condição de detentos, dicotomizando a educação e seus pressupostos com o ato de ensinar dentro da prisão. Ao lado dessa contradição intrínseca, focaliza o modo como essa prática educativa propicia um processo de formação desse professor-monitor-presos que, no dia-a-dia de seu fazer, antes de voltar a assumir o seu papel de interno, assume o *status* de professor com todas as suas prerrogativas e valores, no sentido sancionado da verdadeira docência, a saber, aquela pautada na relação pedagógica com o outro.

A começar pela idéia de que a prisão é um espaço de conflito por excelência, de deteriorização da identidade do sujeito, de manutenção da ordem interna, da segurança e da disciplina, infere-se que essa visão contemporânea da prisão como ressocialização da pessoa em conflito com a lei acaba se tornando uma ideia distante e sem relevância pelo próprio sistema prisional. Então, a própria dinâmica de encarceramento tem por cultura (des)adaptar o interno da vida livre para adaptá-lo às regras da prisão, começando justamente pela deteriorização de sua identidade, num processo denominado por Erving Goffmann como *mortificação do eu*, no seu livro clássico *Manicômios, Prisões e Conventos* (1961).

Assim, antes de readaptá-lo à sociedade, a prisão o adapta à vida e às atividades carcerárias. Em meio a essas atividades, enquadram-se as atividades escolares, cuja

programação e coordenação no Estado de São Paulo são de responsabilidade da Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel (Funap).

Depois de fazer um breve histórico da Funap, Silvio dos Santos, no capítulo *A educação escolar na prisão sob a ótica de detentos*, ouve os detentos e relata suas opiniões sobre educação e trabalho na prisão, sua vida antes do crime/delito e depois, na prisão, sua decisão por frequentar a escola, que vai desde a ascensão social dentro da própria prisão até o parecer positivo em laudo criminológico, passando pela importância da aprendizagem da leitura e da escrita para a conquista da independência na prisão, da autonomia, da privacidade, dos direitos respeitados, da preparação para a uma futura vida em sociedade e da liberdade.

No último artigo deste livro, *A cela de aula: tirando a pena com letras – uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios*, José Antonio Gonçalves Leme sela em sua discussão todos os pontos que envolvem a educação escolar nos presídios e seu significado para o detento. De início, lembra-nos das campanhas publicitárias cujo *slogan* era “a educação combate a violência”, para continuar na linha dos questionamentos encontrados nas páginas anteriores: educação dentro da prisão não seria incoerente? O ditado “manda quem pode, obedece quem tem juízo” é uma das regras de domesticação do corpo dentro da prisão que compõem os anais da cultura da prisionização ou da criminalização. Como educar dentro da prisão? Qual o perfil ideal desse educador? Os detentos veem significado nessa atuação? Para eles, há outros sentidos na educação além dos laudos favoráveis? Por que eles estudam? Como são as “celas de aula”? Que é reabilitar ou reeducar o detento? Mesmo tendo sido “ursupado de sua identidade e mutilado em sua auto-estima” (p.119) ao ser exposto à cartilha da violência quando dá os seus primeiros passos dentro do cárcere, uma reabilitação/ressocialização acontece? Qual a finalidade da prisão: punição, prevenção ou regeneração? Ao terminar a pena, para que serve o “bom preso”? Qual o sucesso da prisão? O seu fracasso, já que ela seria a escola do crime? Para que mercado de trabalho o egresso foi preparado?

Depois de sintetizar todas essas questões que envolvem a educação na prisão, o autor aprofunda suas reflexões ao definir educação e ao pontuar sua importância na formação de uma sociedade democrática e de direitos, mais especificamente na mediação entre o processo de ensino-aprendizagem específico do detento e suas necessidades como prisioneiro.

Ainda situa historicamente a educação de adultos em situação de prisão, os órgãos públicos nela envolvidos para estabelecer o *locus* em que ocorre essa educação: “a cela de aula” – o lugar dos sonhos para muitos, ou seja, o espaço da liberdade.

Leme conclui suas reflexões afirmando que para haver ensino de qualidade na prisão é preciso maior investimento na formação do professor com ‘competência técnica’ para

tal. Com isso, ele finaliza este livro, dando a deixa para que Onofre pense numa nova coletânea de tamanha magnitude e importância como esta que organizou sobre a *educação escolar entre as grades*.

Josélia Maria Costa Hernandez. Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) de Araraquara – SP, Brasil (2005). Professora Adjunta 3 de Língua Portuguesa na Academia da Força Aérea – Pirassununga – SP. **E-mail:** joseliahernandez@hotmail.com.

Linhas Críticas

A revista foi criada em 1995 com o objetivo de divulgar a produção científica de docentes e pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como também editar artigos de autores de outros centros de investigação do Brasil e do exterior. Conta, desde o início, com um Comitê e Conselho Editorial qualificado, reconhecido nacional e internacionalmente.

Ao longo desses anos publicou 32 números com um total de 287 artigos escritos por 365 pesquisadores oriundos de 15 países: Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Israel, Itália, México, Portugal, Rússia, Timor-Leste e Uruguai.

NÚMEROS TEMÁTICOS

No. 32 (vol. 17)	Docência, formação e gestão
No. 31 (vol. 16)	Hermenêutica, teoria crítica e educação
No. 30 (vol. 16)	Educação profissional e tecnológica
No. 29 (vol. 15)	Formação de profissionais da educação
No. 28 (vol. 15)	Políticas educacionais e novas formas de regulação
No. 26 (vol. 14)	Docência na educação superior
No. 24 (vol. 13)	Educação e novas tecnologias
No. 22 (vol. 12)	Educação, formação e aprendizagem
No. 21 (vol. 11)	Edição comemorativa: 10 anos de Linhas Críticas
No. 20 (vol. 11)	Políticas públicas para a educação
No. 18 (vol. 10)	Gestão na educação
No. 17 (vol. 9)	Novas tecnologias na educação
No. 16 (vol. 9)	Educação especial
No. 15 (vol. 8)	Criatividade na educação
No. 12 (vol. 7)	Formação de professores e financiamento da educação
No. 7-8 (vol. 4)	Psicodrama na educação
No. 5-6 (vol. 3)	Filosofia para crianças
No. 3-4 (vol. 2)	Faculdade de Educação da UnB: um ideário pedagógico à altura do Brasil